

Acessibilidade como instrumento de inclusão nas instituições de ensino.

Daiane Cristina da Costa⁽¹⁾; Álvaro Raul de Araújo Ferreira⁽²⁾

⁽¹⁾ Acadêmica do 7º Período de Pedagogia do Campus Avançado Profª Maria Elisa de Albuquerque Maia – CAMEAM/UERN. Pau dos Ferros/RN. Email: daiianecristina_ped@live.com

⁽²⁾ Acadêmico do 1º Período de Ciência e Tecnologia da Universidade Rural do Semi-Árido (UFERSA). Campus Avançado de Pau dos Ferros/RN. Email: alvaro.raul01@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho é fruto de pesquisas teórico-bibliográficas e parte do pressuposto de que a acessibilidade e a inclusão nas instituições de ensino estão interligadas, caracterizando-se como um direito de todos para usufruir dos benefícios da vida em sociedade. A inclusão das pessoas com necessidades especiais refletem a acessibilidade e para que isso aconteça é necessário que as instituições de ensino proporcionem não somente a entrada dos mesmos, mas também adotem no seu projeto-pedagógico métodos voltados para inclusão dos seus respectivos alunos nas atividades e no dia-a-dia escolar. A pesquisa tem como objetivo investigar se as instituições educacionais disponibilizam recursos, serviços e atendimento especializado que permitam o desenvolvimento social e acadêmico de seus alunos. A mesma é um estudo de caso de cunho qualitativo (NÓVOA, 1991; YIN, 2005) e tem como campo empírico duas instituições de ensino situadas na cidade de Pau dos Ferros/RN que foram escolhidas obedecendo dois critérios previamente estabelecidos: a) ter um histórico de inclusão de seus alunos nas atividades escolares; b) possuir uma parte física e estrutural propícia a acolher alunos com necessidades especiais. Analisaremos e registraremos por meio de fotos e observações a parte física das instituições de ensino, além de realizar entrevistas semiestruturadas com docentes e discentes. Em seguida, será realizado uma análise e tratamento dos dados coletados, que serão organizados por meio de tabelas e gráficos e analisados de forma crítica e interpretativa. O presente trabalho trás apenas resultados parciais (parte teórica), pois está em fase de pesquisa de campo. Desse modo, o mesmo possivelmente trará importantes contribuições para o campo de pesquisas relacionado à acessibilidade/inclusão, mostrando que é necessário que a instituição de ensino desenvolva um trabalho de conscientização e tenham uma estrutura física e estrutural favorável para que os alunos com necessidades especiais tenham as mesmas oportunidades dos demais alunos, garantindo assim o cumprimento do direito dos mesmos à acessibilidade e incluindo-os no âmbito escolar de forma integrada.

Palavras-chave: Acessibilidade; Inclusão; Instituições de Ensino.

A integração de agentes como meio de investigação de provas nos delitos ligados à criminalidade organizada⁽¹⁾.

Mônica Maria do Rêgo Maia⁽²⁾

⁽¹⁾ Trabalho executado com recursos da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar.

⁽²⁾ Estudante; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar; Pau dos Ferros, RN; Monica_maia29@hotmail.com;

RESUMO

O agente infiltrado é um funcionário da polícia que, falseando sua identidade, penetra no âmago da organização criminoso para obter informações e, dessa forma, desmantelá-la. O posicionamento é que, o agente infiltrado ou encoberto seria aquele membro da polícia judiciária que se infiltra em uma organização criminoso participando da trama, utilizando-se de uma identidade falsa, concedida pelo Estado, e que possui como finalidade detectar a comissão de delitos e informar sobre suas atividades às autoridades competentes. O referido procedimento, tem como primordial objetivo obter provas da ilicitude criminoso. As informações da mídia no Brasil diz que, para se realizar tal ação investigativa, requererá dos órgãos envolvidos, um bom conhecimento técnico, e do agente policial, uma boa preparação psicológica. É de conhecimento óbvio, que o Estado para prevê uma espécie de medida extraordinária como essa, terá que disponibilizar sempre de acompanhamento correto e de recursos técnico especializado, assim como, para conseguir se tornar membros da organização, e obter tempo suficiente para a produção da prova. Quanto aos recursos materiais exigidos, cite-se, a falsa identidade, o que implica, não apenas na simulação e uso desse documento falsificado, como também, na “construção” de uma vida ficta de todo seu passado e de seu presente. Ainda, o investigador precisar está em consonância com o perfil da organização que se quer infiltrar. Os legisladores estabelecem, pela visão de risco, como requisito a participação voluntaria dos membros dos organismos policiais. Para melhor compreensão e Prosseguindo na leitura dessa pesquisa, realiza-se um estudo mais especificamente dos seus §§ 1º ao 5º CF, verifica-se que, dentre as instituições previstas na Carta Magna, apenas à Polícias Federal e Civil incumbe a apuração de infrações penais. Às demais, por seu turno, compete a realização de funções relacionadas ao policiamento ostensivo. E para que se conclua o entendimento não se pode argumentar que exista qualquer relação entre a atuação de um agente infiltrado e a ocorrência de um flagrante provocado, vez que aquele tão somente observa, coleta informações e provas, não fazendo parte de seu labor qualquer ato de provocação à prática do delito.” Por fim, com base nas informações apresentadas nesta pesquisa, advindas do entendimento da legitimidade dos agentes de Policial Civil e Federal para a sua infiltração nas organizações criminosas bem como uma superficial apresentação de suas condições técnicas e psicológicas.

Palavras-chave: investigação criminal; infiltração de agentes; crime organizado.